

PRONUNCIAMENTO DO CONTROLE INTERNO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

INTRODUÇÃO

O Controle Interno do Poder Executivo do Município de Sitio Novo, em cumprimento às disposições contidas do art. 74 da Constituição Federal de 1988 e art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e Instrução Normativa nº 052 de 25 de outubro de 2017 do Tribunal de Contas do Estado de Maranhão e suas alterações, elaborou o Relatório de 2024, para juntada à Prestação de Contas do Município de Sitio Novo, referente ao exercício financeiro de 2024.

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

O Controle Interno, a partir das instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Maranhão, com base na legislação municipal aplicável e ditames legais e constitucionais pertinentes, realizar as atividades de fiscalização e controle, conforme apuração contida nos tópicos abaixo relacionados:

1 – DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL:

- **1.1.** As metas estabelecidas no Plano Plurianual Lei nº 469, de 07 de outubro de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº 0499/2023 Lei Orçamentária Anual nº 0515/2023, foram cumpridas, em respeito às condições financeiras municipais recebidas a título de transferências e com base no produto de sua arrecadação da receita, verificando-se o cumprimento das metas estabelecidas, atingindo-se a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária financeira e patrimonial.
- 1.1.1. Foram realizadas várias ações no tocante ao planejamento, dentre as quais destacamos: Apresentação de projetos de capitação de recursos junto aos órgãos dos governos estadual e federal, para implantação e implementação de políticas públicas e sociais. Melhoria das condições de acesso às comunidades rurais com limpeza e terraplanagem das estradas, construção e reformas de bueiros. Investimento nas áreas de desenvolvimento social no meio rural, com melhoria da renda e geração de emprego com várias ações: parceria para execução de programas de financiamento e crédito, incentivo aos programas municipais, melhoria gado leiteiro, apoio também na horticultura, apoio na comercialização dos produtos, dentre outros.



- Cadastro e recadastramento das famílias beneficiárias do Programa do Governo federal "Bolsa Família". Atendimento às famílias carentes do Município com medicamentos, melhoria de residência, auxílios financeiros para pagamento de exames e consultas médicas.
- Investimentos e apoio nas ações e programas de saúde, educação, meio ambiente, agricultura, esporte, cultura, lazer, criança e adolescente, pessoa idosa, obras públicas, dentre outros.

1.2 - Lei Orçamentária Anual – Exercício 2024

Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, LRF e demais legislações pertinentes.

A programação financeira – Receita -, foi elaborada com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita; nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação; nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior; informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2024, informações oriundas de receitas vinculadas estimadas.

Após a elaboração da programação da receita, foi estabelecido o Cronograma de Despesa, por meio de:

Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios; indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior; indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa; informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2024; informações do setor de pessoal da entidade; informações oriundas de receitas vinculadas estimadas; indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas; indicação das reservas técnicas; informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a Câmara; previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Balanco Orcamentário

| Baianço Orçament | ario | | | | |
|----------------------------|----------------|----------------|-----------------------------|----------------|----------------|
| RECEITA PREVISTA | | | DESPESA FIXADA - ATUALIZADA | | |
| TÍTULOS | PREVISÃO | EXECUÇÃO | TÍTULOS | FIXAÇÃO | EXECUÇÃO |
| | (R\$) | (R\$) | | (R\$) | (R\$) |
| Receitas Correntes | 94.996.700,00 | 101.481.959,50 | Despesa Corrente | 97.741.591,04 | 97.506.875,93 |
| Receitas de Capital | 11.003.300,00 | 2.478.688,75 | Despesa Capital | 12.819.447,75 | 12.819.447,65 |
| Reserva de Contingencia | 0,00 | 0,00 | Reserva de Contingencia | 448.000,00 | 0,00 |
| Soma | 106.000.000,00 | 103.960.648,25 | Soma | 111.009.038,79 | 110.326.323,58 |
| Déficit | 0,00 | 6.365.675,33 | Superávit | 0,00 | 0,00 |
| Total | 106.000.000,00 | 110.326.323,58 | Total | 111.009.038,79 | 110.326.323,58 |



Alguns dos programas inicialmente inseridos no orçamento, não foram executados pela falta de recursos financeiros, outros foram substituídos para atender as prioridades da sociedade em relação aos Programas de Governo e às Políticas Públicas. Em última análise a execução orçamentária atendeu as determinações legais e primou pela satisfação dos anseios da população.

1.2.1 - Créditos Adicionais Suplementares, Especiais e Extraordinários

A abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários para reforço de dotações orçamentárias se deu em conformidade com a prescrição legal, respeitado o limite autorizado na LOA e a partir do alcance deste limite, através de prévia autorização legislativa.

1.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da gestão financeira, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentárias, além daquelas que, por sua natureza, independem de autorização orçamentária, com o saldo em espécie no início e no fim do exercício. Além desse, o Balanço Patrimonial também é um demonstrativo importante para a análise financeira, à medida que evidencia os saldos das contas de ativo e passivo financeiro.

A receita orçamentária no período somou a quantia de R\$- 103.960.323,63 (cento e três milhões novecentos e sessenta mil trezentos e vinte três reais e sessenta três centavos), ficando assim distribuídas:

| 11 - Receita Tributarias | 3.184.513,38 |
|--------------------------------|---------------|
| 12 - Receita de Contribuições | 669.759,32 |
| 13 - Receita Patrimonial | 796.159,66 |
| 16 - Receita de Serviços | 1.169.497,23 |
| 17 - Transferências Correntes | 95.662.029,91 |
| 24 - Transferências de Capital | 2.478.688,75 |

A despesa orçamentária por sua vez somou a quantia de R\$- 110.326.323,58 (cento e dez milhões trezentos e vinte seis mil trezentos e vinte três reais e cinquenta oito centavos), sendo assim distribuídas:

| 3 – Despesas Correntes | 97.506.875,93 |
|-------------------------|----------------|
| 4 – Despesas de Capital | 12.819.447,65 |
| TOTALR\$ | 110.326.323,58 |

1.4 - DO BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se abaixo os saldos das contas patrimoniais, demonstrando os bens direitos, obrigações e variações patrimoniais ocorridas no ano de 2024.



| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|----------------------|-----------------|--------------------|------------------------|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERC. ATUAL | EXERC. ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERC. ATUAL | EXERC. ANTERIOR |
| Ativo Circulante | 5.951.548,83 | 9.029.678,00 | Passivo Circulante | 17.468.397,39 | 16.083.339,69 |
| Ativo não circulante | 79.510.369,43 | 67.829.436,49 | Passivo não circulante | 12.142.495,87 | 12.142.495,87 |
| | | | Patrimônio Líquido | 55.729.236,63 | 48.633.278,93 |
| TOTAL | 85.461.918,26 | 76.859.114,49 | TOTAL | 85.461.918,26 | 76.859.114,49 |

2 – DA ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

2.1. Não foram realizadas Operações de Crédito no exercício financeiro de 2024.

3 – DA ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR E DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL:

- 3.1. Para inscrição em Restos a Pagar foi observado o registro devido quanto aos processados e os não processados observando, ainda, os limites e condições para realização das despesas.
- 3.2.Gastos com Pessoal:
- Comprometeu **48,56%** da receita corrente líquida com despesa total com pessoal, cumprindo a exigência prevista na parte final do art. 25, § 1°, IV, "c", combinado com o art. 20, III, "b" da Lei Complementar nº 101, de 2000;

4 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

- 4.1. Os recursos da educação foram aplicados corretamente, observando os parâmetros constitucionais e legais, conforme relatado abaixo:
- -aplicou **28,38% na manutenção e desenvolvimento do ensino**, cumprindo exigência prevista no art. 25, § 1°, IV, "b", da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 212, caput, da Constituição Federal;
- -destinou **84,82% ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício** na rede pública, cumprindo exigência prevista no art. 25, § 1°, IV, "b", da Lei Complementar n° 101, de 2000, combinado com o art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional n° 53, de 19 de dezembro de 2006;



5 – APLICAÇÃO COM SAÚDE

5.1. Os recursos da saúde no exercício de 2024 foram aplicados corretamente, observando os parâmetros constitucionais e legais, aplicou **23,28% em ações e serviços públicos de saúde,** cumprindo exigência prevista no art. 25, § 1°, IV, "b", da Lei

Complementar nº 101, de 2000, combinado com o art. 198, § 2º, III, da Constituição Federal;

6 – ALIENAÇÃO DE ATIVOS:

6.1. Não houve alienação de ativos.

7 – DA ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO:

7.1. Os repasses do Poder Executivo ao Poder Legislativo foram realizados de acordo com o disposto no art. 29—A da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, bem como na Lei Orçamentária municipal, até o dia 20 de cada mês, correspondendo ao duodécimo e respeitando os limites legais e constitucionais aplicáveis à espécie, repassou à Câmara Municipal de Sitio Novo/AM, o montante de R\$- 2.275.000,00, correspondendo o percentual de 5,57%, cumprindo assim o limite constitucional.

REPASSE (arts. 29-A. Inciso I a IV. e 168. CF)

| Receitas de Impostos e Transferências | Total apurado |
|---|---------------|
| Receitas de Impostos e Contribuições | 2.939.869,39 |
| IRRF | 411.447,64 |
| IPTU | 26.606,10 |
| ITBI | 482.929,00 |
| ISS | 1.406.045,58 |
| COSIP - Contribuições para Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 612.841,07 |
| Transferências – Estado | 8.073.649,23 |
| ICMS | 7.466.688,68 |
| IPVA | 569.332,87 |
| IPI – Exportação | 37.627,68 |
| Transferências da União | 27.939.964,20 |
| FPM | 25.521.633,47 |
| Cota Parte FPM - (1%) adic. (Art.159-I-alín.D CF/88) | 2.372.264,33 |
| ITR | 42.463,47 |
| Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE | 3.602,93 |
| Total Receita Tributária e Transferência Constitucional | 38.953.482,82 |
| Receitas de Impostos e Transferências | Total apurado |

Dados anexo 10 do Balanço 2023 – Receitas Prevista e arrecadadas



| ESPECIFICAÇÃO | VALOR | % |
|------------------------------|--------------|-------|
| Repasse máximo de 7% | 2.726.743,80 | 7% |
| REPASSE EFETIVO (comprovado) | 2.275.000,00 | 5,84% |

CONCLUSÃO

A Controladoria Geral do Município de Sitio Novo/MA, com base nos Balanços, relatórios e anexos, entende por adequada as contas atinentes ao exercício de 2024, concluindo que representam a posição orçamentária, financeira e patrimonial do Município, frisando, no entanto, a necessidade de aprimorar e aperfeiçoar sempre os Controles Internos praticados em todos os departamentos e setores do município, com o fito de salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais da municipalidade, além de prevenir falhas e estimular a eficiência operacional. É o que nos coube relatar

Sitio Novo/MA, 25 de março de 2025.

Francisco das Chagas Holanda de Araújo Gerente Municipal de Controle Interno CPF: 344.242.101-20

Portaria nº 2.223/2024-GP